

## Sobre corrupção e gozo

Heloisa Caldas

página 1 de 3

A recomendação de J.-A. Miller de que se evite um partidarismo político na Escola, levou-me a evocar um aspecto fundamental da transmissão de Lacan sobre política. Em “A direção do tratamento”<sup>1</sup>, ele indicou que a política do analista é a do desejo, na posição de falta-a-ser, separado de suas identificações. Aponta o mesmo para a formação institucional, criticando a de sua época que privilegiava a autonomia do Eu e situava o ser do analista em uma “equipe de Egos, decerto menos iguais do que autônomos (mas, por qual selo de origem se reconhecem eles na suficiência de sua autonomia?)”<sup>2</sup>. Lacan desdenha dos eus iguais, jogando com a homofonia, em francês, entre *egos/égaux*.

No entanto, parece impossível não se agrupar de todo. É preciso certa tolerância com esse inexorável recurso humano frente ao desamparo. Isso inevitavelmente acontece, mesmo na Escola, embora se tenha avançado muito para constituir, em vez de massa, um sujeito coletivo – “*a lonely crowd*” –, expressão usada por Miller em sua *Teoria de Turim*<sup>3</sup>.

Então, como sujeitos solitários podem promover uma ação lacaniana em nome do coletivo *Escola*? Difícil de responder. *Ação lacaniana* é um sintagma que nos provoca mais do que se define. Podemos ter a clareza, no entanto, de que não será pelas identificações, uma vez que a identificação traz a segregação no avesso. Nesse sentido, a política da psicanálise, a meu ver, ajuda a nos posicionar, um a um, mesmo quando assinamos em listas, abaixo-assinados ou nos manifestamos coletivamente em nome da Escola.

Mas o sintagma *Zero abjeção*, não parece tratar apenas de desidentificação. Parece tocar no que é correlato ao sujeito e consubstancial ao gozo: seu *ob/objeto*. Estamos à altura da tarefa? Não responderia que sim, porque temos um real impossível em jogo. *Zero abjeção* equivale ao zero de obstáculo, de objeto, de gozo e de sujeito porque, afinal o sujeito é correlato ao objeto. Não há desejo puro, resta o objeto *a*. Os AEs ensinam como alcançaram esse ponto de dessubjetivação e como isso é absolutamente singular.

<sup>1</sup> “Digamos que, no investimento de capital a empresa comum, o paciente não é o único com dificuldade a entrar com sua quota. Também o analista tem que pagar”. “Pagar com palavras [...] efeito de interpretação; pagar com sua pessoa [...] suporte na transferência; pagar com o que há de mais essencial em seu juízo mais íntimo para intervir numa ação que vai ao cerne do ser. Seria ele o único a ficar fora do jogo?” Lacan, J. (1958/1996), “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 593.

<sup>2</sup> Idem, p. 597.

<sup>3</sup> Miller, J.-A. A teoria de Turim: sobre o sujeito da Escola. *Opção Lacaniana Online*, n. 21. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero21/index.html>

## Sobre corrupção e gozo

Heloisa Caldas

página 2 de 3

Por outro lado, se estamos aqui é porque não cedemos do desejo pela psicanálise, pela análise do Um de gozo, isolado da bateria de significantes da cultura, porém e paradoxalmente, fazendo laço.

*Zero abjeção* se aproxima do princípio freudiano de abstinência que o analista deve observar, o que exige dele não ignorar seu avesso. Logo, abstinência não se confunde com indiferença e menos ainda com neutralidade. Tem relação com o gozo, cujo nome também pode ser corrupção. No dicionário, corrupção tem vários sentidos como modificação, adulteração, deterioração, putrefação, etc.<sup>4</sup> Em psicanálise, isso é de estrutura: não há corpo sem a palavra que tenha produzido na carne um ab-uso. Como o ser falante não vive sem corpo, a corrupção é seu bem; e seu mal, porque tende ao excesso. Ora, essa é a problemática que a psicanálise enfrenta: impossível traçar o limite nas tarefas humanas que tocam o gozo: educar, governar e analisar.

No Seminário da Ética, Lacan aponta que os discursos de Kant e Sade, a princípio antagônicos, convergem justamente quanto ao que ignoram, seu avesso. Em Kant, perde-se o limite no absolutismo da renúncia ao gozo; com Sade, na exigência de transpor ao infinito qualquer limite ao gozo. No contexto desse ensino, Lacan conta uma anedota<sup>5</sup> sobre os intelectuais de direita e esquerda. Ele chama o intelectual de esquerda de *fool*<sup>6</sup> – um bobo. Ao intelectual de direita, ele reserva o termo antigo *knave*<sup>7</sup> – um esperto. A sagacidade da anedota é como a lição de uma fábula. Ao se identificarem, *fools* e *knaves* encontram seu avesso: um bando de *knaves* termina cometendo uma *foolery* (*bobagem/tolice*), ao passo que um bando de *fools* perpetra uma *knavery* (*esperteza*).

Na lição seguinte, Lacan comenta que recebera críticas a respeito da anedota e se justifica dizendo ter feito “uma excursão paradoxal, e até mesmo fantasista”, sobre sua oposição dos dois tipos de intelectual e que “pareceu dar provas de certa *indiferença* em matéria de política”<sup>8</sup>. No entanto, ele parece recusar a posição de “indiferença”. Além disso, a crítica também recaía sobre o que ele dissera de Freud a respeito de sua ética no texto sobre o mal-estar. Lacan insiste: a ética freudiana podia até ser chamada de humanitária, certamente Freud não era um reacionário, mas, acrescenta, não era progressista. Se o estado burguês buscava uma organização fundada na necessidade e na razão, Freud, ainda que em parte burguês, não o fora quanto a isso. Tampouco era marxista.

<sup>4</sup> *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>5</sup> Lacan, J. (1959-1960/1988). *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 223.

<sup>6</sup> Uma espécie de bobo da corte, que em outro lugar Lacan apontou como aquele que detém um bem dizer sobre o gozo do monarca, como deveria um analista. O *fool* de certa forma é aquele que pode dizer que o rei está nu, rasgando os semblantes.

<sup>7</sup> Antigo *knave*, ‘homem desonesto’, o criado ou valete (*Jack* = o coringa do baralho) que parece estar mais ao lado da burocracia, “um maroto”. Não chega, segundo Lacan, a ser “um cínico, no que esta posição comporta de heroico”. Idem, p. 223.

<sup>8</sup> Idem, p. 254.

## Sobre corrupção e gozo

Heloisa Caldas

página 3 de 3

Aí tocamos na heresia de Freud, com o destaque que Miller vem dando ao termo, ao assinalar que “o gozo é um mal! Um mal que comporta o mal do próximo”. O que Lacan formula, ainda sem usar o termo *extimidade*, dizendo: “cada vez que Freud se detém, horrorizado, diante da consequência do mandamento do amor ao próximo, o que surge é a presença dessa maldade profunda que habita no próximo”, mas frisa, “ela habita também em mim. E o que me é mais próximo do que esse âmago de mim mesmo que é o de meu gozo, do que não ousa me aproximar?”<sup>9</sup>.

O atual *political reality show* das delações, apresentado dia a dia pela mídia brasileira, pode ser lido então com *Um ensaio sobre a cegueira*<sup>10</sup>. De tanto iluminar o horror da corrupção, cega; de tanto vociferar acusações, ensurdece. Olhar e voz, se *moterilizam* um blablablá atordoante. O que se vislumbra de sombra a despeito de tanta luz? O que se escuta de silêncio ainda que sem pausa?

Tanta denúncia leva todos ao desamparo e apela à defesa paranoica do Eu: identificação imediata de si e dos inimigos. Os políticos no paredão do BBB – *Big Brother Brasil* – servem para isso: repaginar os tribunais na praça pública midiática que julgam o Outro mau e corrupto. Todo mundo se torna juiz, como no futebol, e não cessa de fracassar diante do que Lacan aponta, especificamente sobre o testemunho jurídico: “O objetivo, é que o gozo se confessa, e justamente, porque ele pode ser inconfessável”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Idem, p. 227.

<sup>10</sup> Saramago, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>11</sup> “Ainda em nossos dias, à testemunha se solicita dizer a verdade, nada mais que a verdade, e ainda mais, toda, se ela puder – como é, vejam só, que ela poderia? Reclama-se dela toda a verdade sobre o que ela sabe. Mas, de fato, o que é procurado, e mais do que qualquer outra coisa no testemunho jurídico, é do que poder julgar o que é do seu gozo. O objetivo, é que o gozo se confessa, e justamente, porque ele pode ser inconfessável. A verdade procurada é essa aí, no que diz respeito à lei, que regra o gozo”. Lacan, J. (1972-1973/2008) *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.124.